



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exma. Senhora
Presidente da Comissão de Saúde
Deputada M^a Antónia Almeida Santos

Lisboa, 21 de abril de 2014

Assunto: Requerimento Potestativo para audição do Ministro da Saúde

As políticas de saúde do atual Governo têm tido reflexos profundamente negativos no Serviço Nacional de Saúde e na acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde. Mais do que consequências de uma política de cortes na saúde, as políticas que estão a ser adotadas pelo Governo PSD/CDS-PP encerram em si uma clara opção de desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde e de crescimento do “negócio da saúde” a favor dos interesses dos grupos económicos e financeiros.

O PSD, o CDS-PP e o Governo têm procurando esconder e ignorar a realidade concreta do dia-a-dia de milhares de portugueses e da situação em que se encontram as unidades de saúde públicas, decorrentes da sua política. Apesar de PSD e CDS-PP procurem incessantemente evitar a discussão destas matérias, o Grupo Parlamentar do PCP não deixará de denunciar os problemas com que os portugueses se confrontam na área da saúde e de confrontar o Governo com as suas opções políticas e ideológicas.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português requer potestativamente, nos termos do nº 4 do artigo 104º do Regimento da Assembleia da República a presença do Ministro da Saúde na Comissão de Saúde para discutir as seguintes matérias:

1. A situação da emergência pré-hospitalar é de grande preocupação. Inúmeras vezes os meios de emergência pré-hospitalar não estão operacionais. Segundo os dados publicados pelo Ministério da Saúde, em 2013 a média de operacionalidade das VMER's foi de 95,9%. Das 42 VMER's só sete têm operacionalidade de 99,9% e 19 acima de 99%. Há ainda 9 VMER's em que estão inoperacionais mais de 10% dos dias do ano. A inoperacionalidade deve-se sobretudo à falta de profissionais de saúde para assegurar as escalas de serviços. O PCP alertou para o risco de incumprimento das escolas de serviço, na sequência da integração das



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

equipas de profissionais de saúde que asseguram o funcionamento dos meios de emergência pré-hospitalar, designadamente as VMER e as SIV, nos serviços de urgências, porque a sua integração foi para suprir necessidades permanentes dos respetivos serviços de urgências.

2. Os dados recentemente publicados pelo INE demonstram que há uma transferência da prestação de cuidados de saúde do setor público para o setor privado. De uma forma geral cresce bastante a prestação de cuidados de saúde pelos hospitais privados, quando nos hospitais públicos diminui, como é o caso dos episódios de urgência, do internamento, dos atos complementares de diagnóstico e dos atos complementares de terapêutica. Mesmo nas consultas externas, que aumentam no setor público e no setor privado, verificamos que o aumento no privado é quatro vezes superior ao público em termos relativos. E quanto ao número de camas, diminuem nos hospitais públicos para aumentar nos hospitais privados. É evidente o benefício das entidades privadas em detrimento dos hospitais públicos e do Serviço Nacional de Saúde.

3. A Assembleia da República tem sido colocada completamente à margem do processo iniciado pelo Governo no âmbito da reorganização hospitalar. A publicação da portaria nº 82/2014 é disso exemplo. A Assembleia da República foi confrontada mais uma vez com factos consumados, como a definição de novos critérios para a classificação dos hospitais e as respetivas especialidades. E como se não bastasse, o Governo toma essas decisões tão importantes sobre a rede hospitalar por uma mera portaria, impedindo a apreciação parlamentar. Esta portaria insere-se na estratégia do Governo de encerrar e concentrar serviços hospitalares, como tem vindo a suceder em Coimbra, Médio Tejo, Oeste, no Hospital Pulido Valente; de redução de profissionais de saúde e da retirada de direitos aos trabalhadores, designadamente através da imposição da mobilidade.

4. A acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde não melhorou, muito pelo contrário, tem vindo a piorar dia a dia, devido ao desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde. Encerraram extensões de saúde, reduziram serviços e valências nos cuidados de saúde primários, aumentaram as taxas moderadoras e limitaram os transportes de doentes não urgentes. Ao nível dos cuidados hospitalares a situação agrava-se – verifica-se restrições na dispensa de medicamentos; adiam-se cirurgias por falta de material clínico, por falta de vaga



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

para internamento ou por falta de batas, como ocorreu recentemente no IPO de Lisboa; os serviços de urgência funcionam em situação de rutura e os tempos de espera para consultas e exames são muito elevados.

Com os melhores cumprimentos,

As Deputadas

Paula Santos

Carla Cruz